

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO AMBIENTE GLOBALIZADO

ACCOUNTING INFORMATION IN THE GLOBALIZED ENVIRONMENT

*Luiz Ivan dos Santos Silva**

*Carlos Alberto Oliveira Brito***

RESUMO — *A Contabilidade é uma ciência que se dedica a estudar o patrimônio, tendo, como fundamento, princípios que visam garantir, através dos seus estudos, condições para que se processe o controle do mesmo, bem como, demonstrar o seu real estado. Porém, mesmo com a informação contábil estando envolvida em qualidade e fidedignidade, ocorrem problemas quando a situação patrimonial é apresentada obedecendo regras de outros países, em função das exigências existentes, quando, participando desse mercado global, a empresa vai em busca de investidores ou parceiros comerciais. Logo, urge a necessidade de encontrar-se caminhos de harmonização das regras contábeis no intuito de contornar esses problemas permitindo, assim, um elevado grau de confiança da Contabilidade e das informações geradas.*

PALAVRAS - CHAVE: *Contabilidade; Informação; Sistema e Globalização.*

ABSTRACT — *Accountancy is a science devoted to the study of property, having as a foundation, principles that seek to guarantee, through its studies, conditions so that the control of the property is processed, as well as to demonstrate its real state. However, even with the accounting information being characterized by quality and trustworthiness, problems*

* Prof. Auxiliar (DCIS/ UEFS). Diretor de Planejamento da Secretaria de Planejamento de Feira de Santana. Especialista em Gestão Empresarial e Mestre (FVC). E-mail: luizivan@uefs.br

**Prof. Assistente (DCIS/ UEFS). Secretário Municipal de Planejamento de Feira de Santana. Especialista em Consultoria Empresarial/SUDENE e Mestrando (FVC). E-mail: caobrito@uol.com.br Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de CIS. Tel./Fax (75) 224-8049 – BR 116 – Km 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460.

occur when the property situation is presented in accordance with the rules of other countries, as a function of existent demands when, participating in the global market, the company goes in search of investors or commercial partners. Therefore, there is an urgent need to find ways of harmonizing accounting rules for the purpose of outlining these problems, thus permitting a high degree of trust of Accountancy and of the information generated.

KEY WORDS: *Accounting; information; system; internationalization.*

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade visa, predominantemente, estudar as transformações da riqueza patrimonial, observando como essa se comporta, mas, também, deve observar como ocorrem os demais fenômenos que favorecem as aludidas transformações. Só assim ela será capaz de proporcionar ricos resultados da sua ação, mediante múltiplas possibilidades de intervenção, principalmente no campo da decisão gerencial, propiciando as organizações alavancarem seus projetos institucionais pelo bom conhecimento de sua estrutura patrimonial. Para isso, a Contabilidade utiliza-se de princípios básicos que norteiam a ação dos seus profissionais no estudo do objeto da mesma, que é o patrimônio, entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencentes a uma pessoa física ou a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade. Em nosso país, os princípios de Contabilidade são regulamentados pela Resolução 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2000), em número de sete, relacionados a seguir:

- 1- o da Entidade;
- 2- o da continuidade;
- 3- o da oportunidade;
- 4- o do registro pelo valor original;
- 5- o da atualização monetária;
- 6- o da competência e
- 7- o da prudência.

O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Logo, o patrimônio particular de sócios e proprietários não se confunde com os da sociedade ou instituição. A base do princípio da entidade está no artigo quarto da referida Resolução que, em seu parágrafo único, destaca que o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira, pois a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas, numa unidade econômico-contábil.

O princípio da continuidade (artigo 5º) estabelece que a continuidade ou não da entidade bem como sua vida definida ou provável devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

Em seu parágrafo primeiro, destaca que a continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível. E, no segundo, diz que a observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

O princípio da oportunidade (artigo 6º) ressalta, simultaneamente, a tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que esse seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Em seu parágrafo único, enfatiza que:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

O princípio do registro pelo valor original (artigo 7º) assegura que os componentes do patrimônio sejam registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Em seu parágrafo único, diz que:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os princípios da atualização monetária e do registro pelo valor original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

O princípio da atualização monetária (artigo 8º) destaca que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Em seu parágrafo único, determina que:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

O princípio da competência (artigo 9º) prevê que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O parágrafo primeiro diz que o princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para a classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade.

No segundo, diz que o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é conseqüência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

O terceiro parágrafo estabelece que as receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando esses efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade e bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV- no recebimento efetivo de doações e subvenções.

O quarto parágrafo determina que se consideram incorridas as despesas:

I - quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade a terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Já o princípio da prudência (artigo 10º) evidencia que deve ser adotado o menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

No parágrafo primeiro, diz que esse princípio impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

No segundo, diz o artigo 7º, que o princípio da prudência somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

E no terceiro, garante a ênfase do princípio da prudência, quando da definição dos valores relativos às variações patrimoniais, sejam feitas mediante estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Assim, através desse arcabouço de princípios, a Contabilidade foca em seu objeto que é o patrimônio, no intuito de revelar como se encontra e quais os fatores que proporcionaram mutações ao mesmo, estudando os fenômenos como forma de contribuir com seus resultados e análises, para que os gestores tomem decisões eficientes e eficazes na condução dos seus empreendimentos.

Como produtora de informações, a Contabilidade está exposta a diversas análises, que procuraremos evidenciar neste trabalho, em função do contexto em que a mesma se estabelece.

Sabemos que a informação contábil deve ser consistente, clara, para alcançar o objetivo pelo qual foi concebida, no sentido de evitar divergências em suas análises, pois assim comprometeria, conseqüentemente, a própria informação.

Existem empresários, principalmente os micros e pequenos, que pouco utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão, seja porque não entendem, seja por falta de tempestividade (informação disponível após a necessidade). Logo, necessitamos de aperfeiçoar os nossos instrumentos no intuito de dispor aos usuários de informações úteis, claras, oportunas e relevantes para proporcionar o atingimento da eficiência e eficácia da informação contábil. Pois sabemos que, com a grande evolução das tecnologias de informação e da comunicação, e dentro desse ambiente altamente competitivo em que empresas estão inseridas, que a informação é fator determinante para sobrevivência e desenvolvimento do negócio.

Com isso, de forma alguma estamos limitando a Contabilidade, pois sabemos que as informações são meios que proporcionam à mesma, mostrar a essência dos fatos que ocorrem no patrimônio visando a explicação das mutações patrimoniais e possibilitando, assim, análises que levem a soluções alternativas que contribuam com o desenvolvimento da riqueza patrimonial, que é a razão maior da Contabilidade.

Logo, a Contabilidade como uma ciência social estuda o patrimônio detalhadamente, com o intuito de propiciar sempre análises que favoreçam a obtenção de soluções para que o mesmo possa ser alavancado, acrescido, tendo como primícias básicas seus princípios fundamentais

2 CONCEITUANDO A CONTABILIDADE

Dizer que a Contabilidade é uma ciência que busca estudar, controlar e revelar o patrimônio, seria uma definição muito simples, mas, normalmente, é a primeira resposta que todos nós temos antes de apresentarmos uma conceituação mais esmerada cientificamente que, na verdade, não foge muito da citada, já que ela pode ser considerada uma definição objetiva

e que vai no cerne do que realmente é a Contabilidade. Isso pode ser evidenciado ao verificarmos algumas definições da Contabilidade por renomados autores, apresentados a seguir.

Segundo Franco (1986, p.19), Contabilidade é “a Ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial”.

Para Lopes Sá (1998, p.42) “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”.

Segundo Orru (1990, p.12) “a Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades”. Essa é uma das definições mais usuais da Contabilidade.

Jacinto(1990,p.26) conceitua a “ Contabilidade como o estudo do patrimônio e de suas variações, pelos efeitos das atividades desenvolvidas pela empresa.”

Mas, é interessante apresentarmos o conceito do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (IPECAFI), aprovado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e referendado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), citado por Araújo (1998, p.18) que “a Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Ludicibus (1995, p.26) afirma que “o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.”

Não podemos deixar de evidenciar que, realmente, a Contabilidade é uma importante produtora de informações do sistema empresarial, informações essas estratégicas para a tomada de decisões gerenciais.

3 CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO

A informação sempre foi um importante fator para tomada de decisão e determinante para o sucesso gerencial, mas, a partir da grande evolução das tecnologias da comunicação e informação, é que sua relevância vem tendo um papel decisivo para a sobrevivência e desenvolvimento das organizações. E podemos dizer que informação é uma mensagem capaz de propiciar a comunicação, reduzindo incertezas, sendo capaz de proporcionar benefícios ao usuário da mesma. Percebemos, de imediato, que a informação é um recurso fundamental para contribuir na definição dos objetivos de uma empresa, no estabelecimento de estratégias e políticas, na avaliação e decisão sobre as alternativas de expansão e investimentos necessários, e dos próprios resultados do negócio.

Assim, para que informação seja capaz de proporcionar benefícios ao usuário, deve apresentar algumas características básicas para garantir sua comunicação e confiabilidade, entre as quais, podemos destacar:

a) relevância: a informação deve ser útil e necessária, evitando-se a produção de informações inúteis (nesse caso, considerado como dado) e que podem proporcionar sobrecarga desnecessária ao sistema;

b) tempestividade: a informação deve estar disponível, de acordo com a necessidade dos gestores, em tempo hábil para a tomada de decisões. É muito importante esse aspecto, pois a eficácia do sistema decorre, fundamentalmente em proporcionar que a informação seja utilizada em condições que permitam a obtenção de benefícios dela decorrente;

c) relação custo-benefício: o custo de obtenção da informação não pode ser maior do que o benefício produzido. Esse é um aspecto lógico, pois não se pode gastar mais do que o benefício proporcionado, já que, ao adotar um sistema que assim agisse, o gestor estaria tomando decisões prejudiciais à entidade que refletem no resultado. Esse aspecto também está relacionado com a relevância da informação, pois a produção de informações de pouca relevância pode aumentar o custo das informações;

d) objetividade da informação: a informação deve estar disponível de forma precisa e clara, evitando-se que informações pouco precisas provoquem distorções no processo de tomada de decisão;

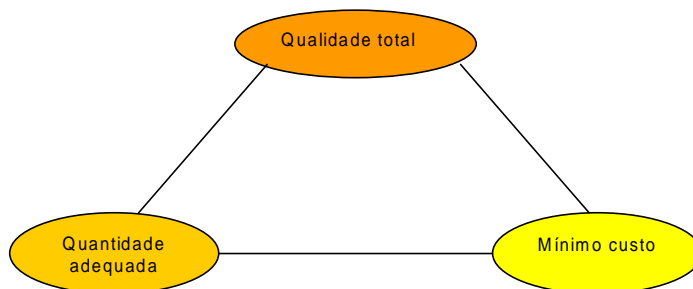
e) flexibilidade de adaptação ao usuário : o objetivo da informação é auxiliar a tomada de decisões. Portanto, essa deve ser disponibilizada de maneira a ser compreendida por seu usuário, bem como o sistema deve permitir adaptações que proporcionem melhor benefício à medida que, implantado, possa requerer informações novas necessárias e relevantes para o usuário.

Assim, as informações possuindo essas características serão extremamente úteis para que o gestor tome decisões, como enfatiza Cassaro (1995 p.40), que é fundamental a importância das informações, em cada uma das fases do processo de tomada de decisões, ressaltando que as empresas contando com informações adequadas e oportunas é fator determinante para o seu sucesso e, em conseqüência, do gerente.

Segundo Herbert Simon, citado por Paiva (2000, p.80), é pertinente dizer que muitas pessoas acreditam que, quanto maior o número de informações, melhor, porém isso é um equívoco, uma vez que os indivíduos têm capacidade limitada de captação e análise de informações. Assim, a produção de uma gama de informações poderia conduzir para a dispersão em detalhes que nada contribuem ao processo de tomada de decisão. Nesse aspecto, o que deve ser evidenciado é o atendimento das necessidades de cada usuário e tendo ele conhecimento das informações que requer para evitar a dispersão por informações que não são a eles direcionadas, que, nesse caso, para esse tipo de usuário, seria um dado, entendido como uma mensuração ou descrição de objetos ou eventos que não levam a uma compreensão do fenômeno ou da situação.

Logo, a informação contábil deve ser revestida de qualidade, sendo objetiva, clara, concisa, permitindo que o usuário possa avaliar a situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências sobre a tendência futura, de forma a atender sempre os próprios objetivos da entidade empresarial.

Na Figura 1, apresentamos um esquema proposto por Oliveira (1998 p.113) para caracterizar o tripé do que seria uma informação de qualidade.



Fonte: (OLIVEIRA, 1998, p. 113)

Figura 1 - Tripé da qualidade da informação

Assim, a informação deve ser revestida pelos pressupostos da qualidade total, possuir um volume adequado de informações e apresentar um custo mínimo. A prática desse tripé proporciona informações capazes de garantir a satisfação dos usuários.

Como destaca Franco (1986, p.20), as informações fornecidas pela Contabilidade “são indispensáveis à orientação administrativa, permitindo maior eficiência na gestão econômica da entidade e no controle dos bens patrimoniais”.

Também Marion (1998, p.27) diz que “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente registrando-os e sumando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões”.

Então percebemos que, para atingir seus objetivos, a qualidade tem que estar intrínseca e extrinsecamente presente na informação contábil.

4 O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Dizer que a Contabilidade é uma importante ferramenta na produção de informações para a tomada de decisões não é nenhuma novidade. A busca pela excelência contábil perpassa, justamente, na necessidade de ser capaz de proporcionar informações necessárias, úteis para que o usuário possa tomar decisões e iniciativas que permitam, a sua empresa, atingir os objetivos estabelecidos, ou seja, perpetuar-se indefinidamente no tempo e proporcionar, sempre, o retorno de seus investimentos mediante lucro, principalmente no atual contexto econômico em que a informação é considerada uma verdadeira pedra preciosa, como fator determinante para o sucesso dos negócios.

Para produzir informações, a Contabilidade utiliza-se de um sistema processador de informações que funciona conforme a teoria dos sistemas, ou seja, numa visão sistêmica em que existe uma entrada de dados que são processadas e dão origem às informações como o produto ou saída do sistema. Esquemáticamente, podemos evidenciar conforme a Figura 2.

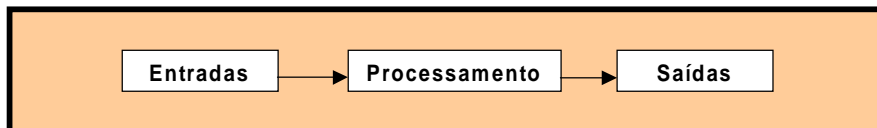


Figura 2 - Esquema de um sistema de informação

Logicamente que ocorre, a partir da saída do sistema, a retroalimentação através das avaliações que são processadas nas informações produzidas. Assim, nesse esquema, as saídas retroalimentam o sistema através das análises que são geradas, o denominado “ *feedback* ”.

Muito embora a ciência contábil utilize o sistema como instrumento eficaz na produção de informações em seus estudos sobre o patrimônio das entidades, não poderíamos restringir a sua magnitude em função apenas dessa importante contribuição prestada pela mesma, porque o estudo da riqueza patrimonial requer, ainda, a utilização de outras teorias, no intuito de contribuir com análises e estudos da riqueza patrimonial.

A definição de Barry Cushing citada por Riccio (1989, p.49) diz que: “o termo sistema de informação contábil é definido como um conjunto de recursos humanos e de capital, dentro de uma organização responsável pela preparação de informações financeiras e também das informações obtidas da coleta e processamento das transações”. Assim, percebemos que, pela referida definição, existe um direcionamento para as informações provenientes das transações ocorridas na entidade que propiciam o processamento e produção das informações financeiras.

Nesse aspecto, podemos dizer que o próprio sistema de informação contábil propicia maior gama de informações, desde que esteja concebido para tal fim, pois, se for direcionado para apenas a parte financeira, o sistema gerencial ficará desprovido de inúmeras informações que podem ser produzidas pelo sistema de informação contábil. A propósito, é bem fundamentado o comentário de Padoveze (1997, p.35) sobre o assunto: “o que vemos, porém, mais amiúde, é a construção de sistemas de informação contábil voltados basicamente para a escrituração e registro contábil e contabilidade financeira”.

Assim, na elaboração de um sistema de informação contábil, deve-se buscar atender de forma sistematizada todos os usuários que necessitam da Contabilidade, com enfoque substancial para as informações requeridas pelos gestores capazes de garantir a eficiência e eficácia do sistema empresarial. Concorrendo com a mesma linha de raciocínio do que diz Peter A. Firmin citado por Padoveze (1998, p.13) “o sistema de informação contábil, com sua estrutura altamente desenvolvida, poderia se constituir na estrutura fundamental para o sistema de informação total da empresa. Onde isto não acontecer, todo o potencial do sistema de informação contábil não estará sendo entendido (aproveitado).”

É importante salientar, como dissemos anteriormente, que o sistema de informação contábil deve procurar atender todos os usuários das informações contábeis e que deve ser capaz de se tornar, como bem diz Firmin, a estrutura fundamental do sistema de informação empresarial, para isso, a Contabilidade não pode se furtar de buscar a concepção de um sistema

altamente eficiente e eficaz. E isso não é fácil, conforme bem descreve Edilene Santos, citada por Paiva (2000, p.81), com relação às diferentes informações requeridas pelos usuários: “esse é um problema do qual a contabilidade em sua função de bem informar não pode fugir e, na sua incapacidade de atender às especificações de cada tipo de usuário, acaba por optar pelo fornecimento de um conjunto básico de informações, que pressupõe ser útil para a maioria dos usuários”.

Vale a pena destacar que a informação contábil não se consubstancia, apenas, nas demonstrações contábeis, mas, também, em relatórios gerenciais diversos, pareceres, ou outra forma qualquer de comunicação escrita, que devem propiciar, aos usuários, sua plena utilização.

Apesar de todas as virtudes que um sistema de informação contábil é capaz de proporcionar, muitos usuários não utilizam desse instrumental valioso da Contabilidade, atribuindo importância, apenas, a cumprimentos de obrigações legais. Isso pode ser evidenciado, conforme Edilene Santos, citada por Paiva (2000, p.81): “talvez a insatisfação manifestada pelos usuários decorra do fato de a Contabilidade, apesar de sua pretensão em fornecer informações de valor preditivo, acaba gerando apenas dados inúteis sobre o passado, que não conseguem ser, nem mesmo, indicadores da situação econômica atual”. É inegável que muitos profissionais da Contabilidade restringem-se a proporcionar informações passadas realmente, não adequam o sistema a uma periodicidade em conformidade com a atividade empresarial nem buscam se valer dos instrumentais da Contabilidade, notadamente a gerencial, para proporcionar informações mais adequadas ao ambiente empresarial, e não só o atingimento dos objetivos legais.

5 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO AMBIENTE GLOBALIZADO

Globalização e mercado global são hoje, sem dúvida, algumas das expressões mais difundidas nos meios de comunicação e nos meios acadêmicos, intensificando-se os estudos sobre o fenômeno e suas repercussões na economia mundial.

A conceituação do termo “globalização” é objeto de diversas interpretações por parte dos autores econômicos. Na definição de Banas (1996), globalização é um processo de interação internacional dos mercados de bens e serviços financeiros, e de capitais. Para Simonsen (1995), a globalização da economia é um processo de melhoria da produtividade, provocado pela necessidade de competir interna e externamente, enquanto Motta (1995) afirma que a globalização pode ser definida como um processo de integração do mercado mundial, compreendendo a desregulamentação do comércio entre países e a liberdade completa de movimentação de pessoas e capitais. Podemos afirmar que o processo de globalização não pode ser restrito ao conceito de internacionalização de mercado ou de integração econômica, pois, se assim for, seu caráter contemporâneo estará comprometido já que esse processo começou com a construção das grandes caravelas e suas expedições.

Conforme esclarece Santos (1995), até a II Guerra Mundial, os processos de produção têm base essencialmente local ou nacional, utilizando, eventualmente, a importação de matérias-primas do exterior. A partir de 1945, a humanidade assistiu a um forte processo de interação dos sistemas produtivos mundiais. No ocidente, as empresas multinacionais articularam um sistema complexo de produção a partir de diferentes pontos do globo, realizando um gigantesco movimento de capital em nível internacional, expandido, drasticamente, entre os serviços e o mercado de capitais e financeiro.

E não podemos restringir a globalização apenas aos aspectos econômicos e comerciais, pois é grande a influência das questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, devido ao grande avanço dos meios de comunicação, associado à informática, às transformações culturais e a outros aspectos não menos importantes.

Alguns fatores contribuíram, de forma significativa, para acelerar as mudanças nas formas de “internacionalização” dominante anteriormente, desembocando, assim, no atual processo de globalização, seria:

a) a desregulamentação financeira, que possibilitou a gradual eliminação de barreiras aos fluxos financeiros internacionais promovida por um número crescente de países;

b) o desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de telemática e de gestão empresarial;

c) a crescente participação dos chamados investidores institucionais nos mercados financeiros.

d) a formação de blocos de comércio, tais como: o Nafta, a União Européia e o Mercosul.

A intensificação do intercâmbio comercial e de serviços, principalmente financeiro e demais sistemas que compõem o processo de globalização, provocou grandes transformações no mercado de produtos, fatores e de serviços, estabelecendo, assim, novos padrões de eficiência e qualidade que, para ser atingidos, as empresas deveriam buscar, cada vez mais, uma maior produtividade pela otimização gerencial e administrativa e com uma acentuada redução dos custos. Nesse cenário, um dos objetivos das empresas passou a ser a busca incessante do aumento da produtividade para fazer frente à competição internacional. Logo tornou-se necessária a modernização tecnológica que possibilitasse o desejado aumento da produtividade e redução dos custos com a mão-de-obra. A globalização estabelece, assim, a necessidade de um setor privado, com alta produtividade e que seja capaz de competir internacionalmente, em qualquer mercado.

Nessa fase, na qual domina o paradigma da redução de custo e o aumento de produtividade, inicia-se um processo de fusões e incorporações, no âmbito do setor privado, e privatizações, no setor público; busca-se, também, um melhor relacionamento entre as empresas. As fusões possibilitaram a ampliação das escalas de produção e o aumento da produtividade.

Nesse contexto, a informação contábil torna-se ainda mais relevante para que sejam proporcionadas análises do real patrimônio das entidades, das perspectivas que as mesmas evidenciam, e exige, também, do profissional, não só um sistema de informação bem-estruturado e de qualidade, capaz de proporcionar a satisfação do usuário, mas, preparo condizente ao atual momento vivido na economia. Assim como vivemos uma fase em que as empresas são competitivas à medida que apresentem tecnologias novas, capazes de proporcionar ganhos de competitividade mercadológica, o contabilista deve estar

habilitado para evidenciar novas _informações para esses usuários, como a contabilidade em moeda estrangeira, informações gerenciais que evidenciem a perspectiva futura da empresa etc.

A Contabilidade deve, na verdade, ser capaz de antecipar tendências, proporcionar visão de futuro, o que exige do profissional reciclagem constante de conhecimentos, para ser capaz de atender as novas exigências do mercado e enfrentar novos desafios. Pois a informação contábil deve proporcionar elevado grau de confiabilidade, com a finalidade de auxiliar o processo de tomada de decisões, bem como, promover a eficiência das operações, proteger e salvaguardar os bens e outros ativos contra fraudes, perdas ou erros não-intencionais, como forma de colocar sempre o patrimônio em destaque e acompanhá-lo em seu aspecto evolutivo.

Assim, o profissional da Contabilidade deve estar cômico e ser detentor de conhecimentos que proporcionem evidenciar as distorções que aparecem em resultados, quando comparados com os obtidos em outros países; pois não podemos comparar o Brasil, onde se pagam juros extorsivos e astronomicamente maiores que os de outros países, onde os impostos são discrepantes em relação aos que se pagam no mundo, por exemplo, nos Estados Unidos, em Portugal, na Alemanha, dentre outros.

Conforme cita Gradilone (2000, p.23) “um contador americano ou Europeu terá sérios problemas para afirmar, apenas olhando o balanço, a quantas anda a situação de uma empresa brasileira. Não por algum problema de desonestidade. O problema são as diferentes fórmulas usadas pelos países para a contabilidade das companhias. Ao usar uma regra européia ou americana é freqüente encontrar diferenças”. Isso pode ser evidenciado, conforme cita Moreira (2000:C-8) “o construtor automobilístico alemão Daimler-Benz anunciou lucros com base nas norma contábeis alemãs ano passado. Mas o mesmo resultado transformou-se em perda, sob as regras dos Estados Unidos. E pode ser bem visto em função da recente safra de balanços de companhias brasileiras, preparada com base nas normas contábeis norte-americanas, conforme cita Jorge (2000:C-

1) “que os resultados em geral são muito piores do que os contabilizados pelas regras do mercado nacional. A companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por exemplo, teve seu lucro líquido de 1999 reduzido em quase R\$ 500 milhões, passou de R\$ 1,25 bilhão para R\$ 730 milhões. A Telemar também registrou queda expressiva de resultado: mais de R\$ 800 milhões no ano passado. O prejuízo subiu de R\$ 286,11 milhões para 1,08 bilhão”.

Procurando explicar essas diferenças, o citado articulista relata que “a piora no desempenho estampado na última linha do balanço ocorreu porque as regras usadas nos Estados Unidos e no Brasil na preparação das demonstrações financeiras são diferentes. A distorção provocada no resultado das companhias brasileiras listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) ou na Nasdaq, e obrigadas, por isso, a publicar balanços também segundo as normas norte-americanas — não é nova, mas aumentou em 1999. O principal motivo foi a desvalorização cambial. A legislação norte-americana não permite, como se faz no Brasil, o diferimento do efeito da máxi”.

A TIM Nordeste, holding controladora de seis operadoras da banda A, preparou três balanços diferentes em 1999. Pelas regras brasileiras, a TIM contabilizou lucro líquido de R\$ 9,42 milhões, no critério de legislação societária e de R\$ 13,17 milhões no de correção monetária integral. Com base nas normas norte-americanas, conhecidas como US Gaap, a TIM Nordeste registrou um prejuízo de R\$ 16,94 milhões. Mostramos, a seguir, uma tabela com os resultados de algumas empresas pelas regras norte-americanas e brasileiras, referente ao resultado líquido de 1999 (em R\$ milhões).

Tabela 1 - Resultados Líquidos de 1999 em R\$ milhões

COMPANHIA	PELAS REGRAS NORTE- AMERICANAS	PELAS REGRAS BRASILEIRAS
ARACRUZ*	90,80	38,10
COPEL	(283,00)	289,00
CVRD	730,00	1.251,00
GERDAU	353,67	352,75
TELEMAR	(1.087,30)	(286,11)
TELESP CELULAR	72,37	105,60
TIM NORDESTE	(16,94)	13,17

Fonte: Gazeta Mercantil (10.07.2000:C-1) * resultado em dólar norte-americano.

Assim, verificamos que todas as empresas apresentadas revelam diferenças significativas quando comparados seus resultados nas regras norte-americanas e brasileiras, com exceção da GERDAU, mas que o autor do artigo não remete informações que possam ser apreciadas para demonstrar a pouca diferença evidenciada pela mesma.

Em função dessas discrepâncias, as empresas de auditoria têm orientado a maioria dos clientes brasileiros a realizar um trabalho de explicação aos investidores mostrando que as mesmas são apenas contábeis e não refletem o desempenho real do caixa, evitando assim impactos injustificáveis no mercado. Mais uma vez, verificamos a importância da informação como fator fundamental, para que os fatos evidenciados sejam explicados de forma clara, segura e confiável. Nessa situação, o papel do profissional será extremamente importante, pois só dominando as informações, e tendo conhecimento das normas tributárias nacionais e internacionais e sólidos conhecimentos da Contabilidade, será capaz de proporcionar um trabalho eficiente e de qualidade que garanta ao usuário investidor, nesse caso específico, segurança para investir, em função das suas análises oriundas das demonstrações contábeis examinadas.

Como foi dito, as distorções evidenciadas nos resultados decorrem, fundamentalmente, das diferenças entre as regras contábeis, segundo Hendriksen & Breda (1999, p.159) “faz parte de uma tradição anglo-saxônica a noção de que as demonstrações financeiras são elaboradas para investidores, credores e outros. Na maioria dos outros países, dá-se ênfase maior a contabilidade fiscal. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, a Lei de Sociedade por Ações de 1965 exigiu que a divulgação de informações financeiras fosse feita de acordo com a contabilidade fiscal. Isso significa que o lucro não é necessariamente uma medida de capacidade de obtenção de resultados, mas simplesmente o mínimo possível de acordo com a legislação fiscal. A Quarta Diretriz da Comunidade Econômica Européia (CEE) exige que as demonstrações financeiras sejam preparadas de acordo com a condição anglo-saxônica, ou seja, devem ser verdadeiras e corretas. Em última instância, isso deve alinhar a contabilidade européia à dos Estados Unidos e outros países de língua inglesa”.

Sabemos que existem diversos interesses envolvidos que dificultam o estabelecimento de normas contábeis harmônicas. Porém é necessário que passos sejam dados para diminuir ou eliminar essas diferenças exacerbadas. E Moreira (2000:C-8) relata que, numa reunião internacional em Genebra, foi aprovado um currículo de referência para os diplomas nacionais de Contabilidade, que será recomendado a todos os países. Afirma o citado articulista que “estão em negociação uma norma contábil internacional para a preparação de balanços e uma norma global de auditoria.” Cita, ainda, que a elaboração de padrões internacionais de Contabilidade e de auditoria é dividida entre o Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASC, em inglês), de Londres e a Federação Internacional dos Contadores (IFAC), de Nova York. Logo, isso seriam as bases para a formação de um contador global reconhecido por todos os países presentes à reunião e por aqueles que desejarem se aliar a essas normas. O estabelecimento de normas internacionais que seriam praticadas por uma gama de países favorecerá às empresas em sua atuação internacional.

Em função de a globalização ter contribuído para que as empresas cada vez mais busquem captar recursos em outros países, ou investir no exterior, que as negociações para uma norma internacional harmonizada vêm sendo desenvolvidas através do IASC, em Londres. Segundo Moreira (2000:C-8) “a maior dificuldade encontrada nas negociações para a norma única vem dos Estados Unidos. Pelo volume de seu mercado de capitais, os EUA têm tendência de querer impor sua norma contábil como o padrão global. O IASC, porém, argumenta que nenhuma norma que nasceu para servir os interesses de um único país pode atender plenamente os interesses internacionais”.

Segundo Gradilone (2000, p.23), “mesmo com a onda de investimentos estrangeiros, apenas metade das empresas brasileiras faz suas contas usando também as regras contábeis internacionais. A maior parte dessa turma mais cosmopolita prefere o padrão americano, até porque a matriz exige”.

Apresentamos, a seguir, uma figura mostrando os resultados de uma pesquisa da consultoria KPMG, sobre as práticas contábeis usadas nas empresas brasileiras, mostrada em artigo de Gradilone (2000, p.23).

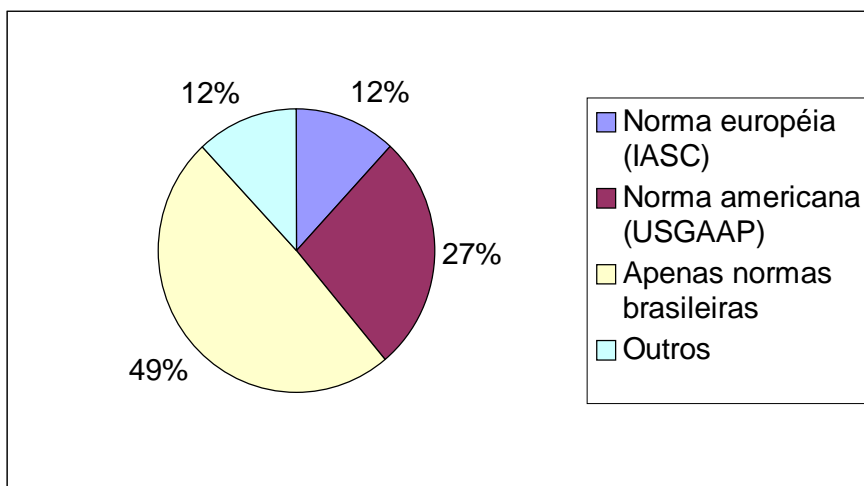


Figura 3 – Práticas contábeis usadas nas empresas no Brasil

Logo, verificamos que a quase metade das empresas adotam apenas as normas brasileiras, ou seja, 49% . O restante se divide, basicamente, entre os sistemas europeu e americano, ou seja, 27% adotam as normas norte-americanas e 12% utilizam as normas européias. Outras normas, que não as norte-americanas e as européias, são usadas por 12% das empresas.

Outras informações importantes foram extraídas da referida pesquisa, conforme relata Gradilone (2000, p.23) que 24% das empresas que hoje não utilizam esses métodos planejam adotá-los no futuro. Elas devem fazer isso ou por terem sido adquiridas por controladores europeus ou para conseguir captar dinheiro mais barato no exterior. O acesso ao mercado de capitais internacional é um forte estímulo para traduzir os livros contábeis. Também revela a pesquisa que os contadores preferem o modelo europeu ao americano, por considerar que as regras do IAS são mais flexíveis e adaptáveis aos padrões brasileiros. Assim, cerca de 59% das empresas consultadas avaliam que os padrões dos IAS são de compreensão mais fácil e mais completos.

Logo, em função da globalização na qual a internacionalização do mercado de capitais torna indispensável, para o investidor, comparar companhias, é necessário o conhecimento real do patrimônio dessas empresas, e, nesse caso, precisa-se de regras mais harmônicas evitando-se as particularidades nacionais. Espera-se que os órgãos de contabilidade internacionais consigam quebrar as barreiras que vêm dificultando o estabelecimento de regras mais harmônicas para que o mercado globalizado flua de forma ainda mais rápida.

Temos certeza de que, num futuro bem próximo, estaremos diante de sistemas informatizados capazes de traduzir a Contabilidade, proporcionando, a determinados usuários, informações em qualquer contexto de análise, principalmente nos países que estiverem sendo signatários e que adotarão regras contábeis harmonizadas para as inferências sobre o patrimônio das entidades. E é óbvio que, a partir de regras harmônicas, essas discrepâncias de resultados evidenciados por diferentes regras contábeis, tão comuns nos dias de hoje, tenderão a desaparecer.

6 CONCLUSÕES

A informação contábil é uma ferramenta extremamente importante para o sucesso empresarial, mas não deve apenas se restringir ao atendimento das determinações legais, pois, mais que a legalidade, a informação contábil deve contribuir, decisivamente, para a tomada de decisão pelos gestores empresa, bem como dos outros usuários interessados nas informações, como, governo, acionistas, investidores, empregados etc. Assim, torna-se necessário proporcionar informações que satisfaçam, efetivamente, esses usuários.

No atual momento econômico vivido pela humanidade e denominado de globalização, urge, cada vez mais, que o sistema de informação contábil seja estruturado de forma a atender os usuários em todos os objetivos pretendidos e que o produto do sistema seja uma informação de qualidade, concisa, precisa, relevante, que permita ganho de competitividade daqueles que a utilizam. Mas, constatamos que, mesmo as informações estando em conformidade com as normas vigentes do país, devido a diferentes regras contábeis adotadas pelos países, ocorrem alterações significativas, pelo que urge, dentro do mercado globalizado, maior harmonização das normas contábeis no intuito de diminuir ou eliminar as discrepâncias existentes.

É necessário, também, que o profissional da Contabilidade seja capaz de inserir-se competitivamente nesse ambiente globalizado, o que exige sólidos conhecimentos das organizações e dos negócios, aí abrangendo a economia, métodos quantitativos e estatísticos para negócios; organização comportamental etc., informática, e da matéria contábil em si, além de domínio em língua estrangeira para facilitar o contato com diversos de seus usuários no ambiente globalizado.

Assim, a Contabilidade garantirá qualidade nas informações geradas e propiciará, aos profissionais, uma inserção competitiva nesse mercado globalizado, proporcionando que os gestores empresariais, investidores, governos, empregados e outros, ou seja, seus usuários, obtenham alto grau de satisfação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da P. Santos. Introdução à Contabilidade. Breves apontamentos de aula. Salvador-Ba: 1998.

BANAS, Geraldo. **Globalização: vez do Brasil?** São Paulo: MAKRON Books do Brasil, 1996.

CASSARO, Antonio Carlos. **Sistemas de informações para tomada de decisões.** 2.ed. São Paulo: Pioneira 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.** Brasília: CFC, 2000.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 21.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

GRADILONE, Cláudio. A vez da globalização dos balanços. Acerto de contas nas empresas. **Exame.** São Paulo, n.14 p.23, jul./2000.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** Tradução Antonio Z. Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JACINTO, Roque. **Contabilidade geral.** São Paulo: Ática, 1990.

JORGE, Danilo. Lucro no Brasil vira prejuízo nos Estados Unidos. **Gazeta Mercantil,** Salvador, 10 de jun. 2000, p. C-1.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOREIRA, Assis. Globalização exige novo perfil de contador. **Gazeta Mercantil,** Salvador, 26 de fev. 1999, p. C-8

MOTTA, Manoel Fernando Thompson. A globalização da economia brasileira. **Carta Mensal,** Rio de Janeiro. v.42, n.298, p.59-75, set. 1995.

OLIVEIRA, Djalma P. Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ORRU, Mussolini. **Contabilidade geral.** São Paulo: Scipione, 1990.

Sitientibus, Feira de Santana, n.27, p.179-203, jul./dez. 2002

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Sistemas de informações contábeis**. fundamentos e análises. São Paulo: Atlas, 1998.

PAIVA, Simone Bastos. O processo decisório e a informação contábil: entre objetividades e subjetividades. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 29, n.123, p.76-82, maio/jun. 2000.

RICCIO, Edson Luiz. **Uma contribuição ao estudo da Contabilidade como sistema de informação**. 1989. Tese (Doutorado). USP, São Paulo.

SÁ, Antonio Loes. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SIMONSEN, Mário Henrique. Fechar não é só uma velha idéia é tola. **Brasil em Exame**, São Paulo, p.86-88, 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.